



**Provas de Acesso ao Ensino Superior
Para Maiores de 23 Anos**

Candidatura de 2021

Exame de HISTÓRIA

Tempo para realização da prova: 2 horas

Tolerância: 30 minutos

Material admitido: *exclusivamente material de escrita*

NOTA PRÉVIA: Indique sempre, na folha de prova, o GRUPO e o NÚMERO da questão a que está a responder.

GRUPO I (Total: 5 valores).

Classifique as seguintes afirmações como verdadeiras ou falsas. Na folha de prova inscreva o número da afirmação e à frente coloque V (verdadeira) ou F (falsa).

1. Iniciadas em 1220 por Afonso II e continuadas nos reinados seguintes, as Inquirições Gerais visavam, essencialmente, legitimar as usurpações senhoriais.
2. O evento mais marcante do reinado de D. Afonso IV foi a Peste Negra de 1348, que devastou todo o Reino.
3. As crónicas de Fernão Lopes são da maior utilidade para estudar a conjuntura de 1383-1385, porque o cronista foi testemunha atenta de todas as ocorrências e um dos seus principais intervenientes.
4. O povoamento e a exploração da Madeira e dos Açores serviram de “tubo de ensaio” para experiências ultramarinas posteriores.
5. No século XVI, o designado Império Português do Oriente, bem como o intrínseco monopólio comercial marítimo, caracterizou-se por uma fácil e pacífica implantação.
6. As políticas e estratégias de controlo do Império Oriental Português, seguidas pelo primeiro e segundo vice-reis da Índia, entre 1505 e 1515, centraram-se exclusivamente no domínio dos mares.
7. A política de monopólios, e de estabelecimento de companhias com privilégios, foi uma das principais políticas de Portugal, de finais do século XVII e ao longo de todo o século XVIII.

8. A eleição de Manuel de Arriaga, como primeiro Presidente da República, refletiu as divisões que já se faziam sentir no seio do Partido Republicano Português.

9. Uma das razões que motivou a participação de Portugal, na I Guerra Mundial, foi a necessidade de unir o país, em torno do regime republicano, que importava consolidar.

10. O golpe militar que derrubou a Primeira República decorreu a 26 de maio de 1928.

GRUPO II (Total: 7,5 valores - 2,5 valores por cada questão).

Responda a uma das questões de cada alínea (A, B e C):

A)

1. Tendo em conta a sucessão de eventos registados em Portugal após a morte do rei D. Fernando, comente o título escolhido por Joel Serrão para a sua conhecida obra *O carácter social da Revolução de 1383*.

2. Justifique o chamado impasse ibérico do Reino de Portugal no quadro peninsular e europeu ocidental nos finais da Idade Média e explique porque a saída desse impasse foi a expansão marítima.

B)

1. Identifique e explicita as principais formas / modelos de organização e divisão do território nos arquipélagos atlânticos da Madeira e dos Açores, com intuítos administrativos e económicos.

2. Identificando os protagonistas, rotas e produtos, explique as estratégias / políticas seguidas na afirmação e exploração do Império Português do Oriente, do século XVI.

C)

1. Caracterize a Revolução de 1820.

2. Explique as razões que motivaram a Guerra Civil de 1832-1834.

GRUPO III (Total: 7,5 valores).

Análise e comente um dos seguintes textos:

1. "A escassez cerealífera - melhor diríamos a crise económica geral -, que as inteligências da época não viam forma de evitar pelo único recurso às possibilidades internas do Reino, esteve na base da expansão africana e da colonização das Ilhas Atlântidas. [...] Assim, o povo português passou fome, pereceu, buscou nos três Impérios que os governantes lhe talharam — a Índia, o Brasil, a África — ou na

emigração para o estrangeiro o remédio para a sua carência alimentar, na esperança perene de que uma mais racional exploração económica da sua terra (...) lhe permitisse ficar, tornar-se próspero e ganhar tempo para desenvolver as suas potencialidades de cultura e elevar-se ao nível dos seus compatriotas europeus".

A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 3a. ed., Lisboa: Ed. Cosmos, 1978, p. 285.

2. “As primeiras expedições [...] fizeram conhecer a extensão do contorno marítimo e, pouco depois, a presença de navios de corso franceses (de 1503 em diante) levou D. João III a promover a colonização do Brasil, dividindo-o em capitanias [...]. A necessidade da interferência do rei levou-o à criação de um governo-geral (1549) [...]. A defesa dos indígenas [...] foi causa de grandes divergências com os colonos que deles necessitavam como trabalhadores para a lavoura, em geral, na condição de escravos. Esses trabalhadores eram essenciais à grande propriedade agrária, forma em que se organizou a vida económica da colónia. A princípio esta baseara-se em produtos extractivos [...]. Pouco depois, a introdução de cana-de-açúcar [...], não só transformou o Brasil na mais rica colónia portuguesa [...], como influiu decisivamente na sua formação étnica e social, forçando a importação de escravos africanos [...]. [F]oram [também] numerosos os colonos de procedência espanhola [...] flamengos, italianos, alemães e ingleses [...]. Ao estabelecer-se o governo-geral, o povoamento do Brasil limitava-se a pequenos núcleos isolados [...]. Seria tarefa de Tomé de Sousa e dos seus sucessores a conquista e ocupação do litoral atlântico e da bacia amazónica, o que requereu pouco menos de um século. Esse empreendimento enorme [...] foi completado, com relação ao interior das terras, pela acção dos bandeirantes e dos criadores de gado. [...] A acção de devassamento territorial realizada pelos bandeirantes foi gigantesca [...]. Despovoadas as aldeias, os bandeirantes voltaram-se para o descobrimento de minas e pedras preciosas. Em 1693 ocorreu o achado de ouro no Gaité e outros sucederam-se nesse e no século seguinte [...]”.

J. A. G. de Mello, “Brasil”. In *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão. Porto: Editora Figueirinhas, 1985. Vol. I, pp. 373-382.

3. “A ideia de que a monarquia portuguesa estava desde a última década do século XIX condenada e que a república era um devir inevitável tem sido seriamente contestada pela historiografia das últimas décadas. Como provam outros exemplos de tronos europeus que atravessaram sólidos a transição para o século XX, o regime monárquico liberal tinha em si os dispositivos de adaptação necessários para não sucumbir face aos avanços da sociedade de massas. E a monarquia constitucional portuguesa não era exceção. No entanto, é indiscutível que se deu no reinado de D. Carlos uma conjugação nefasta de elementos que se não justificam ou explicam o regicídio de 1908, ajudam pelo menos a perceber o caminho percorrido até lá. E o assassinato de um rei é por si só um sinal de que alguma coisa está necessariamente mal. Tiveram inegavelmente lugar no penúltimo reinado da monarquia portuguesa processos de deslegitimação e dessacralização simbólica da imagem régia com peso suficiente para secundar uma melhor compreensão do destino da instituição régia face

aos tímidos avanços da sociedade de massas e do crescente radicalismo urbano de princípios do século XX. Ao contrário de como durante muitos anos se tem colocado o problema, estes processos têm menos a ver com o carácter do rei [...] e mais com o agravamento de uma série de fatores que, coordenados entre eles, foram corrompendo um terreno já de si estruturalmente frágil”.

Isabel Corrêa da Silva, “D. Carlos I (1889-1908): epílogo da monarquia em Portugal?”. In *Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea*, 18, 2019, pp. 63-64. Disponível em: <https://doi.org/10.14198/PASADO2019.18.04>

GRELHA DE COTAÇÃO DA PROVA

QUESTÕES	COTAÇÃO (valores)
GRUPO I	
1.	0,5
2.	0,5
3.	0,5
4.	0,5
5.	0,5
6.	0,5
7.	0,5
8.	0,5
9.	0,5
10.	0,5
TOTAL DA PARTE I	5
GRUPO II (1 opção por alínea)	
A)	
1.	2,5
2.	2,5
B)	
1.	2,5
2.	2,5
C)	
1.	2,5
2.	2,5
TOTAL DA PARTE II	7,5
GRUPO III (opção)	
1.	7,5
2.	7,5
3.	7,5
TOTAL DA PARTE III	7,5
TOTAL DA PROVA	20